

TCU vota bloqueio do programa Pé-de-Meia

Oposição e governo pressionaram o ministro relator

Por Gabriela Gallo

Parlamentares da oposição e da base governista se encontraram, nesta terça-feira (11), com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, para discutirem sobre o programa Pé-de-Meia. No dia 22 de janeiro o TCU determinou o bloqueio de R\$ 6 bilhões do programa, alegando que o governo fez a despesa sem passar pelo Orçamento Geral da União – o que é considerado ilegal. No dia seguinte, 23 de janeiro, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso no TCU alegando que “há risco real de que o programa não tenha continuidade em 2025”. Nesta quarta-feira (12), o plenário do TCU vota o recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a decisão de Augusto Nardes sobre o bloqueio do programa.

O programa oferece R\$ 200 a estudantes do ensino médio que estudam na rede pública de ensino, na intenção de evitar a evasão escolar. É financiado pelo Fundo de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (Fipem), administrado pela Caixa Econômica Federal. Como a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025 ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, os valores dos recursos não estão previstos na lei orçamentária.

O governo tem pressa para a liberação dos recursos bloqueados, visto que, na próxima semana, o Executivo precisa pagar a outra parcela aos estudantes. No recurso apresentado pela AGU, a advocacia destacou que, considerando as informações prestadas



Liderança da Oposição

Oposição reuniu-se com Nardes: “pedalada”

pela Caixa, o saldo disponível com o bloqueio é suficiente apenas para as despesas do mês de dezembro de 2024, impossibilitando o pagamento para janeiro de 2025. “Dessa forma, requer-se a concessão de efeito suspensivo ao recurso para que seja permitido o uso dos recursos do FGE-DUC transferidos ao Fipem, garantindo-se a continuidade da execução do programa de financiamento”, defendeu a AGU.

A reunião

A reunião contou com 25 parlamentares, Augusto Nardes e técnicos do TCU, que discutiram sobre as irregularidades do programa, além de outras medidas. Do total de parlamentares presentes, 17 eram da base governista e, apesar de terem admitido erros na administração do programa, solicitaram que os ministros do TCU adotassem medidas intermediárias, de forma a

não deixar de pagar os estudantes inscritos no programa.

“Pedalada”

Já os oito congressistas da oposição defenderam que o dinheiro permaneça bloqueado, alegando que o caso se trata de “crime de responsabilidade fiscal” praticado pelo governo ao executar o programa Pé-de-Meia fora do Orçamento. O novo líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), classificou o caso como “pedalada fiscal” – medida que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Em meio a discussões sobre transparência orçamentária, oriundas principalmente das emendas parlamentares, o deputado Domingos Sávio (PL-MG) acusou o governo de falta de transparência. “A gente está vivendo um momento em que se fala muito da necessidade de transparência no uso do dinhei-

ro público. A transparência se dá com a aprovação do orçamento e a aprovação do orçamento é no Congresso. O que o atual governo fez? O atual governo usa o dinheiro público como se fosse dinheiro de propriedade dele”, criticou o parlamentar em entrevista à CNN Brasil.

Irregularidades

Os representantes do tribunal destacaram as irregularidades técnicas. Na reunião, uma das alternativas propostas para resolver a questão é o governo legalizar os valores repassados o programa, através de uma Medida Provisória (MP) que traga a previsão dos recursos e realizando um corte para caber o valor dentro do orçamento deste ano. O governo, no entanto, ainda não se manifestou sobre a edição de uma eventual MP ou qualquer outra forma de solução do problema.

Governo quer evitar guerra comercial com EUA

Por Gabriela Gallo

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, declarou, nesta terça-feira (11), que o governo brasileiro não busca uma guerra comercial com os Estados Unidos após a oficialização da taxa de 25% sobre as importações de aço e alumínio. Ou seja, mesmo confirmada a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido Republicano), o discurso brasileiro segue sendo de cautela.

“O presidente Lula tem dito sempre, com muita clareza, que guerra comercial não faz bem para ninguém. Um dos avanços importantes que tivemos é exatamente o diálogo com os países. O Brasil não estimula e não entrará em nenhuma guerra comercial. Sempre seremos favoráveis para que se fortaleça, cada vez mais, o livre comércio”, disse Padilha em conversa com a imprensa.

Impactos

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou a medida de Trump. O ministro disse que “medidas unilaterais desse tipo são contraproducentes”, reforçando que a decisão altera a dinâmica do comércio internacional e pode gerar impactos negativos tanto para os EUA quanto para seus parceiros comerciais.

Ao Correio da Manhã, o economista e professor titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Germano Mendes de Paula pontuou que, dentre os principais impactos com a medida, está a possibilidade de o Brasil encontrar novos mercados compradores para



Antônio Cruz/Agência Brasil

Para Haddad, medida de Trump é “contraproducente”

substituir os EUA. O produto não é vendido diretamente a um consumidor final, “mas para outra siderúrgica, que a transformará em laminados (produtos finais)”. Dessa forma, “é difícil encontrar mercados imediatos que venham compensar a provável queda das exportações”.

“O cenário é agravado pelo fato de que o mercado mundial de placas é relativamente estagnado. Isto então tende a reduzir o nível de utilização da capacidade instalada da indústria, que é determinante na lucratividade do setor. O próprio Trump mencionou que o objetivo da medida é aumentar o nível de utilização da siderurgia norte-americana para 80%. Na semana passada, este índice estava em 75%”, completou o economista.

Apesar disso, ele não antevê um impacto nos preços do aço no Brasil, considerando que “a maior parcela das exportações brasileiras para os Estados

Unidos é de placas e o mercado doméstico deste produto é pequeno (186 mil toneladas, em 2024, para uma total comercializado de 8,4 milhões de toneladas, ou seja, 2,2%)”. Porém, tudo dependerá de como a indústria irá se comportar.

A reportagem também conversou com o diretor de Relações Governamentais e Comércio Internacional da BMJ Consultores Associados José Pimenta, que disse que a taxa de 25% terá efeitos a curto e longo prazo. “Essa medida vai impactar diretamente grande produtores globais e exportadoras globais e tende a ter um efeito de curto prazo que é a própria manutenção dessas taxas, mas também de longo prazo afetando as cadeias de médio, pequeno e grande porte industrial mundo afora”, disse ao Correio da Manhã.

Alternativas

Como uma alternativa à taxa-

ção norte-americana, o Instituto do Aço Brasil (IAB), entidade que representa as fabricantes de aço brasileiras, emitiu uma nota nesta terça-feira (11) defendendo que ambos os países retornem ao acordo firmado em 2018 – na época, primeiro mandato de Donald Trump, quando ele também implementou uma tarifa de 25% na importação dos mesmos produtos. O acordo criou cotas de exportação para o mercado norte-americano de 3,5 milhões de toneladas de semiacabados e placas e de 687 mil toneladas de laminados.

“O Instituto Aço Brasil e empresas associadas estão confiantes na abertura de diálogo entre os governos dos dois países, em razão da parceria ao longo de muitos anos e por entender que a taxa de 25% sobre os produtos de aço brasileiros não será benéfica para ambas as partes. Considerando, especificamente, o comércio dos principais itens da cadeia do aço – carvão, aço e máquinas e equipamentos – Estados Unidos e Brasil detêm uma corrente de comércio de US\$ 7,6 bilhões, sendo os Estados Unidos superavitários em US\$ 3 bilhões”, destacou o Instituto.

Além de um possível retorno de cotas implementados entre as duas nações, José Pimenta também pontuou outras duas alternativas para o Brasil: “entender como esse aço pode ser absorvido no mercado interno, mas também como ele pode ser exportado e redirecionado para outros países que também dependem, de alguma forma, de aço importado para completar sua produção industrial”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lula deve demorar para apontar novos ministros

Reforma só deverá desfilarmos depois do Carnaval

Sabe a tão prometida e falada reforma ministerial? Quem entende do vai e vem da política aposta que o presidente Lula só vai botar seu novo bloco na rua depois do Carnaval.

Enquanto isso, faz como as escolas de samba, promove um ensaio técnico aqui, uma feijoada ali — e nada de desfile oficial.

Muita gente, com razão, diz que, depois da farra das emendas par-

lamentares, ministérios deixaram de ser tão importantes, os deputados e senadores ficaram mais independentes do dinheiro ao governo.

Mas há um detalhe: algumas dessas pastas são ótimas para desaguar emendas para diversas obras. E, como diria o finado locutor Januário de Oliveira sobre este tipo de tabelinha, é disso que o povo de Brasília gosta.

Comissões

O impasse na troca de ministros reflete uma certa pasmação no Congresso. Até agora não foram definidos os presidentes das comissões permanentes da Câmara — a escolha, a exemplo das mudanças no time de Lula, também deverá ficar para depois do Carnaval.

Troca

Houve acordos para a definição do comando das comissões, mas a reforma ministerial tem poder para mudar o acertado. Se o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) virar ministro das Relações Institucionais, seu partido abre mão de presidir a Comissão de Orçamento.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Repercussão negativa fez Motta recuar

Pra tudo começar na Quarta-Feira de Cinzas

Há na Câmara a sensação de que o jogo só começa na Quaresma. Depois da desastrada declaração do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) sobre a intenção de 8 de Janeiro, até defensores da anistia deram uma recuada.

Há na oposição muitas dúvidas sobre a viabilidade da aprovação do projeto nesse momen-

to, ainda mais diante da perspectiva de denúncia da Procuradoria-Geral da República que atinja Jair Bolsonaro.

Como a coluna publicou, o governo conta com a atitude da PGR para aumentar a pressão contra a anistia. Espera que venham mais detalhes, por exemplo, sobre o plano de assassinar autoridades.

Amigo urso

Por falar nisso: ministro da Defesa, José Múcio deu mais munção aos petistas que querem vê-los pelas costas. Isso, ao dizer no Roda Vida que, a seu pedido, Bolsonaro, ainda na Presidência, ligou para os três comandantes militares pedindo que recebessem o futuro ministro.

Munição

Advogado do ex-presidente, Celso Vilardi disse ontem que vai usar a fala de Múcio para defender seu cliente caso ele venha mesmo a ser acusado de planejar um golpe de Estado. Alega que quem quer virar a mesa não ajudaria em conversas com as Forças Armadas.

Reforço

As declarações de Múcio reforçam os que querem deixar mais evidente na Constituição que militares não podem se meter em política. Afinal, foi preciso ajuda para o futuro ministro ser recebido (o então comandante da Marinha, Almir Garnier, sequer aceitou conversar).

Lampião

A grosseria do deputado Elmar Nascimento (União-BA), que xingou uma jornalista que lhe questionou sobre seu patrimônio, reforça o apelido usado por colegas para se referir a sua excelência, que queria presidir a Câmara: “Cangaço Novo”, referência à série de TV.